

Arte e Cultura: quem produz e quem acessa

Por Luciano Draetta

Nos últimos 26 anos acompanho o cenário cultural brasileiro e me dedico à criação, e produção de arte e cultura, sempre buscando ferramentas de financiamento para projetos de caráter público e abrangência social, que são levados às populações menos favorecidas, por meio das obras de teatro e circo, oficinas, formação de produtores culturais e arte-educadores, manutenção de espaço de cultura alternativa e produção de festivais de artes.

Esse caráter ativista e de engajamento social sinaliza no sentido de uma “Arte Pública”, isto é, um olhar artístico e cultural focado no desenvolvimento humano e no alcance da população de forma ampla e capilar, tanto na perspectiva da criação e produção, quanto da distribuição. Nessa perspectiva uma pesquisa estética tem maior valor, quando busca falar de temas provocativos e capazes de estabelecer comunicação rápida e eficiente com um público heterogêneo. Nos tempos em que vivemos, é urgente a afirmação e valorização da identidade do povo brasileiro, por meio das suas subjetividades, e nesse sentido as ações e projetos de fruição cultural, cumprem o seu papel quando são construídos a partir de diagnósticos e análises geográficos e sociais, e mais ainda se forem elaborados junto à população e direcionados a setores da sociedade com menor acesso a programas e equipamentos culturais. Essas proposições tem o objetivo de corrigir desequilíbrios históricos e assegurar o direito constitucional de acesso e fruição dos bens culturais e a inclusão de grupos desatendidos por políticas de estado.

Para aqueles que estão iniciando na produção cultural devem ater-se a alguns pontos fundamentais da busca de recursos. O primeiro passo é entender o funcionamento dos sistemas de financiamento, e em seguida buscar coerência entre as características de cada edital ou chamamento público e a capacidade do projeto proposto atender as exigências com precisão. O desafio de demonstrar com clareza o diagnóstico e a capacidade de planejamento para o atendimento eficaz das demandas apresentadas. Esse esforço tem a finalidade de auxiliar a comissão de seleção do edital, no sentido do entendimento do objetivo e justificativa do projeto. Um equívoco muito comum, por parte daqueles que inscrevem projetos em editais, é o de que “os julgadores não entenderam as minhas ideias”, essa perspectiva egocêntrica impossibilita a análise de suas potências e carências e o amadurecimento do projeto para concorrências futuras. Como tudo na vida, estamos diante de um processo, que está dentro de um sistema e deve ser analisado, entendido e vivido profundamente, isto é, visões sistêmicas e processuais nos ajudam ao alcance de resultados positivos. A relação entre a qualidade dos projetos X quantidade de recursos oferecidos para o setor, resulta na lista de aprovados em cada segmento, e isso nada tem haver com as expectativas individuais de quem se inscreve num edital. Seguindo essas dicas, crescem as chances do selecionador ter entendimento, simpatia e interesse pelo projeto.

O financiamento do setor cultural vem de governos municipais, estaduais e federais, além de fundações, institutos, serviços sociais, empresas privadas e organismos internacionais. Visto que os bens subjetivos da humanidade, não tem necessariamente um valor econômico ou financeiro estabelecido na sociedade e nem são encontrados nas vitrines das lojas ou nas prateleiras dos mercados, é função do Estado assegurar o desenvolvimento e a garantia de

subsistência do universo simbólico e das características identitárias de um povo. O conjunto de iniciativas, leis, programas, medidas ou projetos capazes de prover recursos financeiros, é de fundamental importância para a manutenção dos traços diferenciados de uma nação, que em geral são perpetuados por meio da cultura.

A política de Estado deve garantir recursos financeiros, segurança jurídica e um sistema operacional de criação, produção, manutenção e fruição, de bens, equipamentos e patrimônios culturais. Na prática trata-se do estímulo à pesquisa estética, estímulo à experimentação, manutenção da cultura tradicional, premiação de mestres, estímulo aos espaços culturais independentes, fortalecimentos da rede de pontos de cultura, valorização das manifestações locais e regionais, fomento aos processos emancipatórios por meio das artes e da cultura, preservação dos patrimônios material e imaterial, democratização do acesso aos bens culturais, criação e manutenção de corpos artísticos estáveis, financiamento de programas, projetos ou ações culturais. As chances de êxito das iniciativas do Estado crescem na medida em que são construídas de forma horizontal, com grande abrangência, visão de longo prazo, a partir da escuta das demandas da população, e, o mais importante, junto aos setores culturais e artísticos.

Provavelmente o leitor deve estar se perguntando: “De que país estamos falando? Da Bélgica?” e a resposta é simples: de qualquer país comprometido com o desenvolvimento humano, com a democracia e com o atendimento das demandas sociais, que não use práticas clientelistas com a finalidade de atender interesses particulares. Vamos falar do Brasil, país maravilhoso, com uma constituição cidadã que assegura direitos e com legislações capazes de dar transparência e segurança jurídica para o exercício das práticas culturais e sociais demandadas pela população. Lei Cultura Viva 13.018/2014 e MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil 13.019/2014 são exemplos da capacidade de criar condições do exercício da cidadania e da construção de políticas públicas horizontais focadas nas urgências sociais, a partir de amplo diálogo com vários setores da sociedade.

A gestão do que é de todos como princípio republicano deve ser digna das demandas populares. Quando o Estado é gerido a partir dos princípios “do povo, pelo povo e para o povo”, ele atende plenamente o seu propósito de existência democrática. Equivoca-se quem usa aquilo que é de todos para atender desejos pessoais. Um órgão público deve ter a capacidade de estabelecer comunicação direta com produtores e consumidores de cultura, e, a partir de uma escuta sensível, fazer o diagnóstico das carências, potências e anseios da população. A análise desses dados, por pessoal qualificado, com competência técnica, levando em consideração os conhecimentos populares e acadêmicos, acerca da arte e cultura, geram indicadores capazes de orientar políticas públicas efetivas. No âmbito municipal espera-se um planejamento de longo prazo, respeitando as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a representação da sociedade civil por meio do Conselho Municipal de Cultura (CMC), isso tende a qualificar o Plano Municipal de Cultura (PMC), como expressão das demandas populares. A distribuição de recursos dos orçamentos municipais se dá por meio de leis e programas culturais e do Fundo Municipal de Cultura (FMC). Esse conjunto de ações é capaz de atender as necessidades da população e fortalecer as identidades locais e regionais, assegurando cidadania e dignidade à população.

A garantia de recursos governamentais para a cultura pode ser implementada por diversos motivos: pelo atendimento à constituição federal, pelo cumprimento de uma função sociocultural, pela ampliação das ações de desenvolvimento humano, pelo interesse de reforçar a imagem do setor público diante da população ou pelo entendimento de que não se trata de um setor autossustentável de acordo com as regras de mercado. Sejam os objetivos, mais nobres ou mais interessados, o fato é que, investimento em cultura impacta positivamente em toda a sociedade podendo ser percebido na educação, saúde e segurança. Uma população emancipada e protagonista, com maior acesso a bens culturais, adoece menos, cria mais, cuida mais de si e do seu entorno, assegura a multiplicação de saberes e conhecimentos, amplia a produção de riquezas e ameniza conflitos sociais.

O setor cultural contribui na formação da rede de proteção social, e se fortalece, na medida em que os produtores buscam as instituições financiadoras, e encontram nelas o amparo para o desenvolvimento de projetos com tecnologias que visam atender demandas sociais. Por sua vez essas instituições, orientadas pelo legalismo, buscam a realização de parcerias e projetos com segurança jurídica. Neste cenário os produtores deixam os sistemas artesanais e partem para a profissionalização da cultura, o que não impede os modos de existência e as práticas tradicionais. O acesso a investimentos públicos de forma transparente e democrática exige alguns cuidados que assegurem a destinação e o emprego dos recursos para obtenção dos resultados propostos pelos projetos. Porém a transparência não será garantida com sistemas burocráticos, mas com aproximação entre os financiadores e os executores.

Os conhecimentos transmitidos historicamente mantém a capacidade de comunicação e perpetuação de saberes entre as comunidades. Nesse sentido a produção artística e cultural é ferramenta de autoconhecimento, consciência e uso das subjetividades, isto é, do olhar e da percepção única de cada ser humano. Destacamos a importância de práticas capazes de estimular a realização dos sonhos e desejos de um povo e propostas assertivas no setor cultural que asseguram e estimulam o universo simbólico. Essas iniciativas fortalecem a identidade e impulsionam a população rumo ao desenvolvimento de suas características mais genuínas. Trata-se ainda de uma estratégia de desenvolvimento do setor criativo que gera produtos culturais, turísticos e educacionais e fomenta uma cadeia produtiva geradora de postos de trabalho e riquezas para a sociedade com um todo.

Parafraseando o grupo de rock Titãs: “Comida para quem precisa de comida. Você tem sede de quê? Você tem fome de quê?”. A cesta básica não traz alimento capaz de saciar a fome da alma e atingir camadas mais sutis do humano. Num mundo pragmático, em busca desenfreada de sentido, façamos uma pausa: que tal um elogio ao inútil? Se as repartições públicas, as instituições jurídicas e financeiras nos lembram a todo o momento dos dias “úteis”, o que podemos falar dos dias inúteis? As tais instituições, que se supõem de “vital importância” para a vida em sociedade, elegeram os tais dias úteis, conhecidos também como “segundas a sextas-feiras”. O que diríamos então dos dias inúteis, aqueles que nós passamos com nossos filhos, tomamos banho de mar, dançamos, cantamos, festejamos e vivemos? A sociedade grita por emancipação e tratamento digno. A falta de “oxigênio” para a produção de afetos pode ser contrariada e a liberdade pode nos levar além. Deflagro aqui a urgência de atendimento dos desejos e dos sonhos. Conclamo a

todos a buscar de mais humanidade para homens e mulheres de todas as idades. Chamo a atenção para a necessidade de poesia no prato de todo ser humano. Elogio a utilidade de tudo aquilo que vai além do utilitário. Comemoro o inútil! Bebo e como a hipocrisia, regurgito as subjetividades e me banho de sonhos. Salve a cultura e o povo brasileiro!